

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas
Públicas

MARIA EMÍLIA GUERREIRO OLIVEIRA

Políticas Públicas de Gênero

A Mulher no centro da Gestão Pública - contribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS, no Governo Tarso Genro - período 2011/2014

São Paulo

2014

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas
Públicas

MARIA EMÍLIA GUERREIRO OLIVEIRA

Políticas Públicas de Gênero

A Mulher no centro da Gestão Pública - contribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS, no Governo Tarso Genro - período 2011/2014

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientadora: Alessandra Felix de Almeida

São Paulo

2014

Autora: Maria Emília Guerreiro OLIVEIRA

Políticas Públicas de Gênero: A Mulher no centro da Gestão Pública -
contribuições da Secretaria de Políticas para as Mulheres do RS, no Governo
Tarso Genro - período 2011/2014

Conceito:

Banca Examinadora:

Professor (a)

Assinatura:

Professor (a)

Assinatura:

Professor (a)

Assinatura:

Data da Aprovação: ___/___/___

A tudo que me foi oportunizado viver.

Às adversidades e superações.

Às amigas e companheiras de militância feminista.

À organização feminista: instrumento social importante na luta pelo empoderamento de mais da metade da população brasileira.

À Márcia Santana, primeira Secretária de Políticas para as Mulheres do RS, uma estrela a brilhar no céu e eternamente em nossos corações.

Falar da igualdade de gênero é romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade, do outro, da diferença, para caminhar em direção ao espaço de equidade, da emancipação e do pertencimento.

(Lourdes Bandeira)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as políticas públicas de gênero implementadas no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), investigando a importância de existir, na estrutura administrativa governamental, espaço administrativo definido e dotado de orçamento específico para o trabalho dos temas ligados à mulher. A análise foi feita observando os trabalhos desenvolvidos pela SPM do RS, sendo utilizado para fins de pesquisa consulta a páginas e publicações oficiais do Governo do Estado do RS, além de pesquisa bibliográfica sobre o tema. Concluímos que é importante que o gestor público tenha uma secretaria específica, dotada de recursos orçamentários, capaz de fomentar, junto à sociedade e às demais secretarias de estado, políticas públicas de gênero, contribuindo para uma nova cultura de defesa dos direitos humanos, em especial os direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: Política Pública; Política de Gênero; Gestão.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss public policies on gender implemented in the state of Rio Grande do Sul, through the Department of Policies for Women (SPM), researching the importance of having the government administrative structure, defined administrative space and provided with quote specifically for working on themes related to women. The analysis was done by observing the work of the RS SPM, being used for search pages and official publications of the Government of RS, in addition to literature on the subject. We conclude that it is important that the public manager has provided a specific secretariat budget fund, able to foment with society and with other departments of state gender policies thus contributing to a new culture of human rights in the special human rights of women.

Keywords: Public Policy; Gender Policy; Management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO.....	11
2.1 Resgate Histórico e Definições	11
2.2 A Transposição do Estado Herdado para o Estado Necessário.....	15
3. AS CONTRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, NO GOVERNO TARSO GENRO – PERÍODO 2011/2014, NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO.....	19
3.1 A Organização da SPM em 2011 – histórico, competências, prioridades e eixos de atuação.	20
3.2 A Importância da SPM-RS no cenário das Políticas Públicas de Gênero: ...	21
3.3 O Orçamento da SPM-RS	25
3.4 A transversalidade na SPM-RS.....	27
3.5 Algumas Ações Desenvolvidas pela SPM - 2011/2014.....	31
4. CONCLUSÃO.....	40
5. REFERÊNCIAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

A situação da mulher brasileira mudou bastante ao longo dos tempos. No final do século XX e no início do século XXI obtivemos consideráveis avanços na conquista do mercado de trabalho, alcançamos novos níveis de educação formal, passamos a exercer um maior controle sobre a vida sexual e reprodutiva e ainda conquistamos a implementação de uma lei que pune a violência contra a mulher. Nas palavras de Margareth Rago (2009, p. 33) “Ser mulher, no século XXI, deixou de implicar necessariamente gravidez e parto, o que traduz uma enorme ruptura com a ideologia da domesticidade”.

Dados do IBGE 2010 demonstram que as mulheres são a maioria da população brasileira. Uma mulher foi eleita Presidenta da República e várias mulheres ocupam postos de destaque em cargos do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Dito isto, poderíamos concluir, erroneamente, que alcançamos a igualdade de gênero no Brasil. Infelizmente a luta feminista por igualdade, pela superação de preconceitos e estigmas faz parte de um horizonte a ser perseguido e conquistado. Ainda vivemos sob o signo do patriarcado, do machismo e das mais variadas formas de violência, que inclusive ceifam diariamente vidas de mulheres, de norte a sul deste país.

A mulher é alvo de constante e reiterada discriminação, sendo que esta se apresenta das mais variadas formas e com as mais variadas repercussões. Esta discriminação é de uma amplitude massiva, pois atinge mulheres de todas as raças, classes sociais, escolaridades, profissões, idades, estado civil, orientação sexual e religião.

O poder público não pode se omitir e dar as costas a esta triste realidade, que se apresenta não só através da violência direta e indireta contra a mulher, mas também de várias outras formas: social, econômica e familiar. Não se pode conceber que o visível desenvolvimento econômico deste país venha desacompanhado de um crescimento também no campo humano e social. Uma cultura discriminatória de gênero se combate através da implementação de outra cultura: a humanitária, que se fundamenta na igualdade, no respeito e na justiça.

O papel do Estado é fundamental para a construção da igualdade de gênero: “mas não só na regulação das leis que coíbem a discriminação, também como agente de mudanças culturais e das condições de vida das mulheres, na proposição de políticas que incorporem as dimensões de gênero e raça (...). O Estado precisa reconhecer as demandas específicas das mulheres e admitir a existência dessas desigualdades e do seu papel determinante nas ações capazes de combater as desigualdades. Aceitar é um primeiro passo, mas não o suficiente. É indispensável incorporar na sua agenda a construção da igualdade”. (SOARES, 2004, p.114)

A incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é, no entanto, um tema ainda hoje pouco explorado, em que pese o Brasil ter avançado muito em relação às políticas públicas para as mulheres no último período. Desta forma, são necessárias ações de promoção de igualdade entre os sexos, de promoção de autonomia feminina, de cooperação entre os organismos públicos e privados, de geração de trabalho e renda, dentre outras. Sabidamente, tais ações incorporadas por políticas públicas de gênero, tanto na esfera pública administrativa, quanto na esfera privada, resultam em efetivo empoderamento das mulheres.

Neste contexto, mostra-se essencial que o Estado seja a mola propulsora de ações que visem combater a discriminação e a violência contra a mulher, apostando no empoderamento desta, implementando e reforçando mecanismos de fortalecimento institucionais das Secretarias de Políticas para as Mulheres como uma nova cultura administrativa.

No cenário do século XXI, considerável parte das administrações públicas deste país se mostra deficitária ou inoperante no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à questão de gênero. Infelizmente, muitas não têm o tema na sua pauta de gestão. Outras, que possuem trabalho, apresentam dificuldades orçamentárias, estruturais e no estabelecimento de parcerias com as demais secretarias.

Ainda, em diversos casos, as políticas de gênero podem ser encontradas anexas a outras secretarias, como Direitos Humanos ou Assistência Social, o que é indesejável para o avanço das políticas públicas, pois não posiciona a questão

feminina no centro do debate. Em alguns casos, encontram-se vinculadas ao gabinete do gestor central (prefeito ou governador) sendo usualmente denominada de Coordenadoria ou Departamento de Mulheres. Certo é que “esta localização faz diferença, pois disto vai depender se tem ou não *status* de secretaria, recursos administrativos e financeiros e, mais ainda, o nível de autonomia relativa para a tomada de decisão”. (SOARES, 2004, p124/125)

O assunto é por demais abrangente e instigante. Sem nenhum demérito, dada a formatação do trabalho e a inimaginável abundância de conteúdo sobre a atuação das secretarias de mulheres pelo Brasil, restringir-me-ei a investigar as políticas públicas de gênero que estão sendo desenvolvidas pela SPM-RS, desde sua criação, em janeiro de 2011.

Analisando os principais eixos de atuação da respectiva Secretaria, estaremos refletindo sobre: qual a importância de existir, na estrutura organizativa do estado, uma secretaria específica para tratar das questões de gênero? Como esta inovadora estrutura organizativa interage com as demais secretarias de estado? A SPM assume um papel de protagonista ou coadjuvante na estrutura de gestão? A secretaria apresenta aporte financeiro capaz de desenvolver as ações a que se destina ou assume meramente um caráter figurativo ou de adorno?

Uma reflexão sobre as questões acima suscitadas é o que se pretende desenvolver nos capítulos seguintes, buscando a real necessidade da existência, na estrutura administrativa, como estratégia relevante de intervenção no aprimoramento da ação estatal neste campo, uma secretaria específica para tratar das políticas destinadas às mulheres.

Não se trata de realizar uma avaliação da SPM do Estado do RS, mas um estudo sobre esta inovadora experiência implementada pela administração Tarso Genro, no período 2011 - 2014, à frente do governo gaúcho.

1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

1.1. Resgate Histórico e Definições

Ser mulher no final dos anos 60, de acordo com o resgate histórico feito por Margareth Rago (2009, p31), no artigo “Ser Mulher no Século XXI Ou Carta de Alforria” no livro: A mulher brasileira nos espaços público e privado

“significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um “bom partido” para um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental. De outro lado, situavam-se as que podiam circular livremente por ruas, praças e bares, pagando, contudo, o alto preço da condenação moral, da perseguição policial e de outras formas de violência física”.

Ainda assim, enfrentando vários obstáculos, a conquista das mulheres brasileiras sob uma perspectiva emancipatória e de gênero ganha força a partir de 1970. Impulsionadas pela chamada “segunda onda” do movimento feminista, que ocorreu na Europa e nos Estados Unidos na década de 60, as mulheres brasileiras passaram a construir o feminismo no Brasil e com ele uma nova agenda onde, além das pautas pela igualdade política e no trabalho, exigiam igualdade sexual e igualdade nas relações de gênero.

A partir daí, construída uma pauta política de gênero, a luta feminista passou a se fortalecer e obter indiscutíveis avanços, especialmente na conquista de direitos e na ocupação de espaços até então tidos como exclusivamente masculinos, mesmo que, na maioria das vezes, ainda não figure em posições de comando. Certo é que os movimentos e entidades feministas passaram a demandar o Estado por iniciativas que incluíssem as mulheres como ponto específico de ações governamentais.

Para tanto, foi fundamental a compreensão do conceito de gênero que é apresentado de forma distinta por diferentes correntes do feminismo. A autora Mirla Cisne (2012, p79) cita o conceito de gênero formulado por Gayle Rubin: “Gênero seria a construção social do sexo, e o sexo seria o que é determinado biologicamente, fisiologicamente, portanto, naturalmente”.

Já na definição de Lourdes Bandeira (2005, p7) “entende-se como gênero o conjunto de normas, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada. A categoria de gênero surgiu como uma forma de distinguir a diferença biológica das

desigualdades sócio culturalmente construídas (KABEER, s/d) e procurou mudar a atenção de um olhar para mulheres e homens como segmentos isolados, para um olhar que se fixa nas relações interpessoais e sociais através das quais elas são mutuamente constituídas como categorias sociais desiguais”.

Segundo a doutrina FARAH (2004), ao observarmos as sociedades ocidentais percebemos que o padrão dominante nas identidades de gênero se configura na subordinação e na dominação das mulheres, na esfera pública e na privada. Também manifesta MATILDE RIBEIRO (2009, p. 88): “As relações de gênero (masculino e feminino) se embasam em confronto de poderes entre a vida pública e privada, resultando em vivências hierarquizadas entre os dois sexos, em que a mulher ocupa uma posição inferior”.

Muitos são os exemplos desta realidade hierarquizada de poder em nosso cotidiano. Talvez um dos mais antigos discursos de legitimação da desigualdade de gênero, segundo refere Alícia H. Puleo (2009) seja o da mitologia grega, pois “os mitos contavam que, devido à curiosidade própria de seu sexo, Pandora tinha aberto a caixa de todos os males do mundo e, em consequência, as mulheres eram responsáveis por haver desencadeado todo tipo de desgraça”.

Outro exemplo mais atual de hierarquização, largamente utilizado pelas mulheres, que se incorpora na construção de sua identidade, é o da linguagem. Habitualmente utilizamos referências genéricas que evidenciam que muitas das conquistas humanas são afirmadas no masculino, tendo o homem como regra: um professor qualificado, um juiz exemplar, um presidente competente, um gestor agregador, dentre outros.

Neste contexto assimétrico, formatada a pauta de gênero pelos movimentos feminista e de mulheres, passou-se a exigir dos governos políticas construídas sob a perspectiva de redução das desigualdades entre homens e mulheres. Os temas já debatidos na esfera privada passam a se tornar públicos, ser reivindicados pelos movimentos de mulheres e feministas, passando assim a fazer parte das políticas públicas em nosso país.

Políticas públicas, segundo conceito de ALMIRA RODRIGUES (2004), “são ações de Estado através de instâncias governamentais próprias. Têm o objetivo

de regular atividades econômicas, educacionais, de saúde, de infraestrutura, entre outras”.

Ainda, tomando por base uma análise advinda do senso comum podemos compreender por políticas públicas respostas do Estado às demandas apresentadas pelos diferentes grupos sociais.

Política pública de gênero implica no desenvolvimento de ações pelo Estado que modifiquem as desigualdades de gênero. São aquelas que levam em conta a diversidade dos processos de socialização entre homens e mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas. (BANDEIRA, 2005)

Segundo Tatau Godinho (2004) é através desta compreensão de política pública de gênero que a Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo, na gestão da Prefeita Marta Suplicy, estabeleceu diretrizes básicas de atuação que priorizavam autonomia, capacitação profissional, escolaridade, revisão dos cuidados familiares, garantia dos direitos reprodutivos e sexuais, combate à violência, combate à pobreza, fortalecimento de participação e representação em espaços de definição política, entre outros.

O IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, divulgou em março de 2014, dados referentes à pesquisa, realizada no país no período compreendido entre maio e junho de 2013, que objetivava aferir a tolerância social à violência contra as mulheres. Os resultados da pesquisa apontam para uma visão de família nuclear patriarcal, embora travestida de uma roupagem contemporânea. Para 40,9% dos entrevistados os homens deveriam ser a cabeça do lar e para 50,9% toda mulher sonha em casar. Já para 34,6% dos entrevistados há mulheres que “são para casar”, há mulheres que “são para a cama”, o que evidencia um gritante preconceito sexista.

Esta pesquisa, que apresentou correções em seus índices inicialmente divulgados, é clara ao demonstrar um retrato de questões relacionadas ao modelo patriarcal de família, ao racismo, ao sexismo, ao machismo e à violência contra as mulheres.

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, também de 2013, evidencia a necessidade de implementação de mecanismos estatais de políticas públicas para as mulheres, ao apontar uma assimetria em desfavor destas: taxas de desocupação mais elevadas, comparadas às dos homens (9,4% para as mulheres e 5% para os homens); elas recebem menos rendimentos que os homens, mesmo com maior escolaridade (mulheres com mais de 12 anos de estudo recebem, em média, 65% do valor percebido pelos homens); as famílias chefiadas por mulheres com filhos, tendem a apresentar maiores índices de pobreza (das famílias chefiadas por mulheres, 26,6% delas estão em situação de pobreza, enquanto as chefiadas por homens, nessa situação, são de 22,8%); do total das famílias chefiadas por mulheres, apenas 18,3% têm rendimentos *per capita* de mais de dois salários mínimos, enquanto para os homens esta porcentagem é de 21,4%; no trabalho doméstico a mão-de-obra é majoritariamente feminina, mas as mulheres têm rendimentos menores que os homens (auferem 67,9% dos rendimentos médios masculinos). Dados da Central de Atendimento à Mulher revelam: foram 243 os registros de algum tipo de violência por dia, no ano de 2012; eleitoralmente, as mulheres ocuparam somente 11,8% das prefeituras, e as vereadoras eleitas corresponderam a 13,3% do total de assentos, em todo o país.

O fortalecimento das políticas públicas de gênero, com base na realidade demonstrada pelas estatísticas, deve ser, portanto, um relevante ponto de pauta das administrações de um modo geral, se mostrando extremamente atual e necessário em nosso país, uma vez que “o ritmo de avanço está muito longe de ser acelerado”. (SAMBO, 2012)

1.2. A Transposição do Estado Herdado para o Estado Necessário

No Brasil dos anos 90 a ofensiva neoliberal dominante deixou marcas profundas nos avanços desejados. As mulheres, que vinham obtendo algum espaço na agenda política, foram as mais particularmente atingidas. Na época, a concepção de gestão estatal aplicada era a de enxugamento de gastos, a flexibilização de direitos trabalhistas, a redução de políticas públicas, as

privatizações, dentre outras. Conforme Maria Lúcia Da Silveira (2004, p.65) “nesse contexto, as políticas neoliberais foram avassaladoras, colocando todos e todas que se preocupavam em dar um caráter público ao Estado a remarem contra a maré do Estado mínimo e das políticas compensatórias”.

Todavia, a lógica adotada no Brasil, representada pelos governos Collor e FHC, cuja cartilha neoliberal referia o modelo administrativo das empresas privadas como sendo o exemplo máximo de “eficiência”, apregoado pelo Consenso de Washington, restou finalmente combalida pelo regime democrático iniciado no país. Este novo cenário político, que oportunizou aos segmentos sociais até então marginalizados externar seus interesses, mostrou-se novamente fértil às demandas feministas que passaram a surfar “na onda crescente por direitos de cidadania”.

Aqui, ao falar em cidadania e no resgate democrático necessário, bem delineado no Brasil a partir do governo Lula em 2003, passamos a construir um novo modelo de Estado que se preocupa em buscar crescimento e desenvolvimento econômico no país, sem deixar de saldar a dívida social existente, impulsionando desta forma o desenvolvimento social.

Com base nos ensinamentos de Renato Dagnino, professor titular do Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP, em palestra ministrada em 2014 à segunda turma do Curso de Especialização em Gestão e Políticas Públicas (parceria entre a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e a Fundação Perseu Abramo) a transposição do “Estado Herdado” – aquele vivido no período dos militares, com forte característica autoritária e clientelista, que alimentava ainda as políticas genéricas do período de governo neoliberal -, para o “Estado Necessário” – aquele que prima pela transparência e participação como ferramenta para as almejadas mudanças sociais, econômicas e políticas -, demonstrou uma verdadeira guinada democratizante. Neste contexto a primazia é a atuação do Estado no bem-estar da maioria, reconfigurando a represada agenda pública.

Neste contexto, o Estado Necessário, ao preparar-se para o atendimento das demandas sociais, depara-se com o clamor por políticas de gênero, uma vez que o Estado passou a ser demandado por um novo grupo social. “O movimento

feminista – assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação de questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – à formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão de gênero.” (FARAH, 2004, p. 51)

Esta onda demandante que acionou a ação do Estado na aplicação das políticas públicas de gênero, na visão de VERA SOARES (2004, p. 171), teve como referência também uma nova postura feminina:

“nas últimas décadas, associadas entre si, as mulheres criaram um novo discurso, elaboraram novas demandas, deslocaram os limites do que se considerava privado e público, mostraram que os problemas que derivam das relações de gênero devem ser considerados públicos e objeto de políticas. Porém, apesar de a maior participação das mulheres na esfera pública constituir-se em uma conquista indiscutível, a incorporação da perspectiva de gênero na ação do Estado e nas instituições privadas ainda ocorre de maneira tímida e esporádica”.

O ambiente para o desenvolvimento das políticas públicas, dentro deste almejado Estado Necessário, se torna cada vez mais propício. A gestão de políticas públicas de gênero demanda mecanismos específicos de organização administrativa dentro de sua estrutura: Secretarias ou Coordenadorias de Mulheres.

Na esfera federal, Eleonora Menicucci, Ministra de Estado, Chefe da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República – SPM-PR, na obra *Dez anos de Política para as Mulheres: Avanços e Desafios* (2013, p. 325) evidencia a importância da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres:

“além de incorporar a temática de gênero nas políticas públicas, representa um espaço inaugural no Estado brasileiro, centrado no reconhecimento de que a desigualdade de gênero altera a estrutura de sustentação do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural e responde a uma visão republicana. Buscou-se, portanto, assegurar que

os braços do Estado fossem suficientemente longos para neutralizar as profundas tradições culturais conservadoras, que continuam relegando as reivindicações das mulheres à esfera privada. Assim, fica esquecido, no passado, o perfil autoritário e conservador do Estado brasileiro, que também se traduzia na maneira como tradicionalmente eram pensadas as políticas públicas, evidentemente, com a não inclusão das mulheres.”

No mesmo sentido, mas agora na esfera estadual, no estado do RS, a então Secretária de Políticas para as Mulheres Márcia Santana, em seu discurso de posse em janeiro de 2011, manifestou: “Quero afirmar aqui, com muita honra que no governo Tarso Genro, o governo da Unidade Popular, estarei à frente da Secretaria Estadual de Política para as Mulheres, uma conquista histórica dos movimentos sociais organizados e de todas as mulheres que ousaram, acreditaram e que trilharam muitos caminhos para que chegássemos até aqui. “Sim a mulher pode”, diz a nossa Presidenta Dilma, e aqui quero afirmar que “sim, nós podemos” e conquistamos este poderoso instrumento que nos permitirá construir uma sociedade que reconheça as diferentes faces, diversidades e identidades das mulheres gaúchas”.

O ex-Deputado Federal e ex-Ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci (2010, p140) evidencia a importância dos resultados obtidos com a criação das Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos:

“Elas têm, de fato, conseguido ampliar o apoio da sociedade brasileira às causas libertárias. Difundindo sistematicamente os valores da tolerância e do direito à diferença, contribuem para elevar o nível de consciência democrática do país (...) tornando possíveis conquistas institucionais verdadeiramente históricas, como a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).”

Na perspectiva do Estado Necessário, é certo que espaços governamentais são criados para promover estratégias de igualdade, através de políticas públicas voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação de gênero. Na esfera federal, a Secretaria de Mulheres foi criada em 2003, pelo Presidente Lula. No RS foi criada em 2011, pelo Governador Tarso Genro.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL NO GOVERNO TARSO GENRO – PERÍODO 2011 – 2014 – NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

2.1. A Organização da SPM em 2011 – histórico, competências, prioridades e eixos de atuação

Sem destoar da maioria dos estados brasileiros, a incorporação da perspectiva de gênero na ação estatal gaúcha ocorreu também de forma lenta. Até o ano de 2011 não havia, na estrutura administrativa, uma secretaria específica para tratar destas questões.

Investigando as gestões anteriores à vigente, a primeira e inovadora experiência que dialogou de maneira pontual com as políticas públicas inseridas na agenda feminina e feminista foi apresentada pelo governo do petista Olívio Dutra, no período de 1999 a 2002, ao instituir a Coordenadoria Estadual da Mulher. A estrutura estava vinculada ao gabinete do governador, que se constituiu na primeira medida organizativa das políticas públicas de gênero na estrutura do Poder Executivo do RS.

Importante demarcar que os governos estaduais posteriores, o de Germano Rigotto do PMDB, no período de 2003 a 2006, e o de Yeda Crusius do PSDB, no período de 2007 a 2010, em nada inovaram, limitando-se a manter a estrutura de Coordenadoria Estadual da Mulher vinculada aos seus gabinetes em um claro alinhamento estratégico com o conceito de Estado Mínimo, revelador da ação ideológica neoliberal e conservadora.

Entretanto, como já referido, esta realidade se modificou no governo do petista Tarso Genro. A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-RS), formalizada através da Lei nº 13.601 de 1º de janeiro de 2011 (Diário Oficial - 1º de janeiro de 2011 - Art. 40, Seção XI, pág. 7), é concebida ao mundo político/administrativo com a seguinte Missão:

“Atuar nos programas de governo, visando à promoção dos direitos da mulher para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como à sua plena integração social, política, econômica e cultural”. (Site SPM-RS)

Márcia Santana, nas palavras proferidas por ocasião de sua posse como Secretária de Política para as Mulheres, em janeiro de 2011, evidenciou o sentimento coletivo pela conquista do espaço público e pelos desafios vindouros:

“um espaço que é nosso, mas que ainda reside na imensidão do complexo universo masculino patriarcal. Mas isso não nos assusta, pois a força, a grandeza da trajetória e da história das mulheres, revela que estamos no caminho certo para a construção de uma nova política de afirmação dos direitos humanos das mulheres e meninas do RS, um novo modelo de sociedade que busque a construção de uma cultura de proteção e respeito aos grupos historicamente vulnerabilizados. Isso implica em tecer relações de trocas, de aprendizagens, de rupturas de paradigmas e de tomada de decisões.”

O projeto petista que está a se desenvolver e que retomou um “olhar político” na perspectiva de gênero, agora objeto de estudo, se propõe a exercer as seguintes competências:

- a) Assessorar a Administração Pública na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres;
- b) Elaborar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de discriminação contra a mulher no âmbito estadual;
- c) Elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo estadual com vista à promoção da igualdade entre os sexos;
- d) Articular, promover e executar programas de cooperação entre organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres;
- e) Articular as políticas transversais de gênero do Governo, implementar e coordenar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

Também estabelece as prioridades estratégicas: Consolidar, política e estruturalmente a Secretaria, habilitando-a a coordenar e execução das ações transversais e federativas, focadas no empoderamento, no enfrentamento à violência e na geração de trabalho e renda para a mulher.

Para tanto, segundo informações do site oficial do Governo, os eixos constituintes destas políticas encontram-se focados: na geração de trabalho e

renda e autonomia financeira; no enfrentamento à violência contra a mulher; no empoderamento, cidadania e participação política; e nos programas transversais por secretarias afins.

2.2. A Importância da SPM-RS no cenário das Políticas Públicas de Gênero:

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI, composta por Senadoras e Deputadas Federais, (criada com a finalidade de investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência), em seu relatório final, publicado em junho de 2013, apresenta o mapeamento das políticas públicas para a mulher no enfrentamento à violência que estão em desenvolvimento no RS e o que ainda é necessário implementar.

Tal relatório, que se configurou em instrumento técnico, com visita aos estados brasileiros, onde foram realizadas várias audiências públicas e diligências, apresentou “um diagnóstico preocupante, por que revelador da necessidade de que o Estado brasileiro leve a sério o enfrentamento à violência contra as mulheres”. Ainda endossa seu diagnóstico aduzindo que em um ranking de “84 países do mundo, o Brasil ocupa a 7ª posição com taxa de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres, atrás apenas de El Salvador, Trindade e Tobago, Guatemala, Rússia e Colômbia”. (Relatório Final da CPMI da Violência Contra a Mulher, 2012).

A coleta de dados da CPMI no RS verificou as ações das seguintes Secretarias de Estado: a de Políticas para as Mulheres, de Segurança Pública, da Saúde e a do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Também observou a atuação do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, e a opinião da sociedade civil.

Seu relatório aponta como obstáculo a ser superado pelo Poder Público do Estado do RS vários itens, dentre os quais: a baixa articulação institucional da rede especializada de enfrentamento à violência contra as mulheres, o orçamento reduzido destinado à SPM, a necessidade de institucionalização de um quadro de

carreira permanente, a fragilidade no banco de dados, a ausência de capacitação permanente dos servidores e das servidoras, a inexistência de centro de referência da mulher na capital do Estado, inexistência no interior do RS de Promotorias e Juizados Especializados de violência doméstica e familiar contra a mulher, o reduzido quadro de defensores públicos, o reduzido número de serviços de abortamento legal e a sua concentração na capital.

Também anuncia, o referido relatório, avanços, fazendo um destaque ao “Registro de boas práticas” pelo Estado e pela Sociedade:

- Programa de Formação de Promotoras Legais Populares: capacitação pela sociedade civil de líderes comunitárias, especialmente em assuntos ligados aos direitos humanos das mulheres, visando, dentre outros, a multiplicação de informações.
- Campanha Ponto Final na Violência Contra as Mulheres e Meninas: ação internacional impulsionada no Brasil pelas seguintes entidades: Rede Feminista de Saúde, Rede dos Homens pela Equidade de Gênero e Coletivo Feminino Plural, com atuação na prevenção primária com foco na capacitação de educadores/as.
- Frente Parlamentar dos Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres: pioneira no Brasil, lançada em 2011, estabelece várias parcerias com entidades públicas e governamentais e pela sociedade civil.
- Mulheres da Paz: projeto integrante do Programa Nacional do Ministério da Justiça (Pronasci).
- Área Especializada junto a SPM-RS: para tratar do tema violência contra a mulher.
- Dados Estatísticos: implantação junto à Secretaria de Segurança Pública do RS - SSP de um serviço especial na área da segurança pública para criação de dados estatísticos com enfoque de gênero e a implantação de coordenação para as Delegacias da Mulher do Estado.

- Projeto Patrulha Maria da Penha: trabalho policial preventivo com intuito de evitar que mulheres sejam mortas mesmo após registrar ocorrência contra o companheiro, bem como para incentivar que as vítimas venham a denunciar a violência sofrida.

Outro levantamento estatístico, na perspectiva de investigação da situação da mulher gaúcha, fundamentado em dados demográficos e sociais, foi apresentado em março de 2014, pela FEE – Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser em parceria com a SPM-RS. O referido levantamento tem como objetivo apontar o diagnóstico da condição da mulher no RS, com especial atenção às desigualdades de gênero, e contribuir para a formulação de políticas públicas específicas neste âmbito.

A pesquisa da FEE foi desenvolvida através de três eixos, a saber: processos que estão na origem da desigualdade, condições econômicas e sociais vinculadas ao espaço público e aspectos referentes ao bem-estar, concernentes à inserção das mulheres no espaço privado e no espaço público. O estudo revela que as desigualdades existentes entre homens e mulheres, tanto na esfera pública quanto na privada, ainda persistem “mesmo em face de transformações profundas e relevantes nos contextos social e político, nas últimas décadas”.

Uma notável assimetria desfavorável à mulher é verificada:

No mundo do trabalho, as diferenças históricas entre homens e mulheres em relação ao acesso ao mercado de trabalho formal, às condições de remuneração, à empregabilidade, à proteção social e aos direitos trabalhistas fundamentais somam-se a uma carga maior para o sexo feminino, no que diz respeito aos afazeres domésticos. Além disso, observam-se profundas desigualdades em relação à participação política do sexo feminino, como se pode constatar pela baixa participação das mulheres nas Câmaras Municipais, tanto no RS como no Brasil (FEE, 2013, p.45).

Apesar de destacar que nos últimos dez anos houve uma alteração positiva no olhar do Estado em favor da mulher, no que se refere às políticas públicas e programas governamentais sob a perspectiva de gênero, deixa claro também aspectos negativos:

Os resultados da primeira parte do estudo, porém, reafirmam os rendimentos do trabalho como a expressão mais contundente das desigualdades de gênero no mundo do trabalho. O exame desse indicador revelou a manutenção de ganhos ainda muito baixos para a força de trabalho feminina, na comparação com o rendimento médio real/hora auferido pelos homens. Assim, buscou-se examinar esse indicador através de outros recortes analíticos no período em foco. Os resultados dessa análise salientam que os diferenciais de ganhos variam segundo diferentes situações ocupacionais ou atributos, mas estão presentes em todas as comparações com a força de trabalho masculina. Esse fato manifesta a diversidade de situações vivenciadas pelas mulheres no mercado de trabalho e ressalta o fato de algumas mulheres se encontrarem em condição de maior vulnerabilidade no processo de conquista de maior equidade laboral (FEE, 2013, p.147).

Sendo assim, há que se considerar que as boas práticas e os desafios a serem superados, demonstrados através destes instrumentos de pesquisa extremamente atuais, que se configuram em um inegável Raio X das condições de gênero na sociedade gaúcha e brasileira e como são estas enfrentadas pelo Poder Público do RS, por si só, endossam a necessidade de forte atuação estatal nas políticas públicas de gênero. Tais práticas acima especificadas, quer sejam na ótica dos avanços, quer sejam na das superações, de pronto justificam a importância da criação de secretaria específica, na estrutura de governo.

A atuação da SPM no cotidiano da gestão e no âmbito da sociedade se traduz em um forte instrumento de governo capaz de cumprir a missão para qual foi criada: promover os direitos da mulher para a eliminação das discriminações que as atingem com vistas a sua plena integração social, política, econômica e cultural. Afinal, a população do Rio Grande do Sul é composta por 51,33% do sexo feminino, que vivem nos 496 municípios do Estado.

Além disso, a corroborar com a importância da SPM no cenário de políticas públicas de gênero, por ocasião da posse do governo eleito, a SPM-RS anuncia a primeira medida a ser articulada com o governo federal na promoção dos direitos femininos: assinatura e adesão, por parte do RS, ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, ato que honrou, nas palavras da Secretária Márcia Santana “uma dívida que o RS tem com as mulheres gaúchas”.

Saliente-se que a adesão ocorreu somente em 03 de maio de 2011, fazendo do RS o último Estado brasileiro a aderir ao Pacto.

2.3. O Orçamento da SPM-RS

As ideias e os planejamentos são importantes e necessários para a boa gestão das políticas públicas que se deseja implementar. Todavia, sem recursos não será possível executá-los.

Importante aliado das políticas públicas, o orçamento público é um instrumento político que destina e conduz as ações de governo (e, conseqüentemente, os recursos) para determinadas áreas, em detrimento de outras. A leitura do orçamento permite saber quais segmentos estão sendo incluídos ou excluídos, o que nos permite dizer que o estado não é neutro no que toca as relações entre homens e mulheres, quando, numa situação de notável desigualdade como a atual, não prioriza, no orçamento, a implementação de políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e de promoção da autonomia feminina.

Segundo relatório da CPMI(2013):

“para reduzir os índices de violência contra as mulheres e mudar os padrões de sociabilidade entre homens e mulheres, construindo um caminho para a igualdade de gênero, é necessário investir pesadamente, ter um orçamento específico: um orçamento destinado às políticas para as mulheres, priorizando, de fato, as mulheres, que já algum tempo constituem a maioria da população deste país”.

O mesmo relatório supracitado, ao analisar informações orçamentárias da SPM-RS, comparando os orçamentos voltados às políticas para as mulheres nos anos 2008 a 2011, com os orçamentos pós-criação da SPM, constata que houve um aumento significativo no aporte de recursos. “Em 2012, o total destinado à Secretaria de Política para as Mulheres era de R\$ 3.504.749,82 (três milhões, quinhentos e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos); e, em 2013, esse valor subiu para R\$ 9.669.985,00 (nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais). De um ano para o outro, houve um aumento de aproximadamente 175,91%”.

Matéria veiculada no Jornal Gazeta apresenta relato da atual Secretária de Políticas para as Mulheres, Ariane Leitão, comemorando os investimentos recordes feitos em 2013: “Estamos vencendo um modelo secular responsável por promover uma cultura machista e patriarcal que, por décadas, cerceou as mulheres de seus direitos, cenário que se repete também no RS”. Aduz que se antes da criação da SPM o orçamento disponibilizado para as políticas públicas era em torno de R\$ 1,4 milhões, em 2013 a SPM executou mais de 5,2 milhões.

Informa também a Secretária os índices comparativos entre os anos de 2010 (governo anterior) e 2011(governo atual):

“No governo Tarso Genro o valor do tesouro destinado para esta área vem crescendo consideravelmente. Em relação ao último ano do governo anterior, a gestão do governador Tarso Genro apresenta 270% de crescimento em recursos públicos investidos em políticas para as mulheres no Estado (...) em relação ao ano de 2012, a SPM apresentou aumento de 44% do orçamento executado”. (Jornal Gazeta 2014 - notícia no site)

Importante evidenciar que, em que pese às importantes conquistas anunciadas, a SPM é a unidade com menor dotação orçamentária entre as secretarias governamentais do Estado do RS, segundo dados levantados e apresentados no Relatório da CPMI.

Outro aspecto a ser considerado, é que no RS parte dos recursos orçamentários é definido através da participação da população na chamada “votação de prioridades”, sendo este processo integrante do Sistema Estadual da Participação Cidadã - SISPARCI.

O ciclo de participação inicia com a realização de audiências públicas nas 28 regiões em que se divide o estado. Depois, seguem-se as assembleias municipais e os fóruns regionais nas 28 Regiões, para sistematizar as decisões municipais. A partir daí acontece a votação das prioridades e, na em última etapa, realiza-se o Fórum Estadual da Participação, com representações de todas as regionais para a consolidação da matriz de demandas.

Consultando o site oficial da SEPLAG – Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do RS, e acompanhando a sistemática que ocorre

desde 2011, constatamos que a organização regional dos movimentos de mulheres e das feministas, neste processo de escolha popular, tem resultado na alocação de recursos para atendimento das demandas de gênero.

A fim de exemplificar, podemos citar o Município litorâneo de Torres, que para os anos de 2012 e 2013 foi destinado o valor total de R\$ 415.999,11 (quatrocentos e quinze mil, novecentos e noventa e nove reais e onze centavos) para atendimento das seguintes demandas de gênero escolhidas através da Participação Popular: construção de centro de referência para atendimento às mulheres; qualificação, formação e prevenção no enfrentamento à violência contra a mulher; apoio as políticas de mulheres na reinserção social promovidas por entidades e ainda ações de qualificação profissional de mulheres.

Certo é que poder contar com recursos orçamentários orientados sob uma perspectiva de gênero, se configura em um diferencial na busca pela redução das desigualdades entre homens e mulheres:

“Reduzir desigualdades não significa negar a diversidade, pelo contrário, trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença entre homens e mulheres, porém atribuindo a ambos igual valor e reconhecendo suas necessidades específicas, as quais devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado. O não reconhecimento dessas diferentes maneiras de estar na sociedade resulta em orçamentos e políticas públicas que aparentemente atendem a todos, mas, de fato, apenas reforçam as desigualdades existentes”. (Pereira, 2010)

2.4. A transversalidade na SPM-RS

A origem da transversalidade nas políticas públicas de gênero, segundo leciona BANDEIRA (2005), surge no contexto europeu em razão das dificuldades no atendimento das demandas apresentadas pelo movimento de mulheres. O processo de Conferências Mundiais de Mulheres estabeleceu compromissos junto aos governos, no cumprimento das recomendações definidas. Com o tempo, ao perceber o pouco empenho dos governos e a pouca melhora na condição de suas vidas, as mulheres passaram a postular uma implementação mais eficaz das políticas de gênero pelos governantes. Tal estratégia foi concebida na IV

Conferência Mundial de Mulheres realizada em Beijing, em 1995 e foi denominada de “*gender mainstreaming*”, reconhecida como transversalidade de gênero.

Nessa perspectiva, as ações transversais deveriam ser assimiladas por todas as políticas públicas propostas pelo Estado:

“Assim, cada ação política deveria contemplar tal perspectiva, uma vez que a pergunta chave implícita estaria sempre posta: modificam-se as condições de vida das mulheres e se melhora a sua condição de empoderamento?” (BANDEIRA, 2005, p. 10).

Os objetivos das ações transversais, segundo o guia elaborado pela SAIAT-Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM-PR, apresentado no Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, por ocasião do Encontro Regional realizado na cidade de Porto Alegre, em maio de 2014, são os seguintes:

- Incorporar melhorias na condição das mulheres em todas as dimensões da sociedade (econômica, política, cultural e social) com sua repercussão nas esferas jurídicas e administrativas;
- Promover mudanças relativas à divisão sexual do trabalho;
- Garantir acesso à seguridade social;
- Partilhar responsabilidades familiares e profissionais;
- Promover a paridade de gênero nos processos de decisão.

Transversalidade de gênero seria, portanto, a incorporação da perspectiva de gênero em todas as áreas políticas e de trabalho, permitindo, desta forma, que os diferentes temas abordados pelas políticas públicas possam atingir de forma mais eficaz as ações que se deseja implementar.

Na realidade em estudo, logo no início dos trabalhos da SPM, fica explícito o tom transversal das ações de gênero que a equipe pretendia desempenhar. A Secretária Márcia Santana, por ocasião da posse em janeiro de 2011, anunciou que o trabalho a ser desenvolvido se daria através da articulação política e da transversalidade com as demais secretarias, com a sociedade civil e com os movimentos sociais. Fica evidente que as ações transversais de gênero seriam

implementadas de forma imediata na gestão, mediante sensibilização e convencimento dos demais secretários, já que, “alocada em um espaço de ação governamental que lhe atribua a autoridade para o desenvolvimento de propostas e ações estruturalmente dependentes de co-responsabilização intersecretarial.” (GODINHO, 2004, p.57)

O *status* de secretaria de estado, associado à capacidade orçamentária, fez com que a SPM tivesse sua estreia no cenário das políticas públicas de gênero com a devida autoridade de quem é protagonista, afinal

“a efetiva existência de dotação orçamentária permite implementar e compartilhar projetos e programas, facilitando os encaminhamentos entre organismos, é sempre mais difícil quando se entra em uma negociação apenas com as “boas ideias”. GODINHO (2004, p. 58).

Todavia, como já referido, a implementação da transversalidade é uma tarefa que tem que ser gestada de forma coletiva, envolvendo, nesta gestão compartilhada, as demais secretarias e órgãos do governo. Sabidamente, implantar a transversalidade significa romper com a tradicional forma de governar da maioria dos setores públicos brasileiros, que apresentam padrões tradicionais de gestão e planejamento. A SPM-RS tem trabalhado intensamente na perspectiva orientadora de novas competências administrativas e de superação das assimetrias de gênero.

No dia 08 de março de 2012, dia que figura no calendário internacional como sendo de homenagem à luta das mulheres por seus direitos, a SPM-RS divulga a Campanha RS Lilás que objetiva dar visibilidade ao comprometimento do Governo do Estado com a autonomia das gaúchas.

A campanha procura evidenciar, às autoridades e à opinião pública, a atenção que as políticas públicas agregam à qualidade de vida das mulheres, através das ações da SPM-RS desenvolvidas de maneira transversal, com as esferas estadual, municipal e federal. É apresentada, fundada nos eixos de ação definidos pela secretaria, através de três programas:

- “Mulheres Construindo Autonomia” que objetiva a capacitação de mulheres para o mercado de trabalho;

- “Prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher” que objetiva o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em todas as regiões do Rio Grande do Sul – a conhecida Rede Lilás;
- “Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres” que objetiva capacitar as mulheres para o mercado de trabalho, no campo e na cidade.

Já em 2014, mantendo-se na linha de atuação transversal, a atual Secretária da SPM-RS – Ariane Leitão, manifesta, em matéria divulgada através da Revista Evidência (2014):

“Desenvolvendo ações transversais e em parceria com outras secretarias e poderes, estamos provando que o trabalho da Rede Lilás contribui não só para ampliação do nosso espaço na agenda política gaúcha, mas especialmente, para a transformação da vida das mulheres”.

A Rede Lilás, programa que abarca principalmente o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, é vista como um grande guarda-chuva que comporta todas as redes desenvolvidas pelas demais secretarias. Através dela a SPM-RS articula ações coordenadas junto às instituições de acesso à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, ao mundo do trabalho e à justiça, visando atender mulheres e meninas gaúchas em situação de violência.

Um passo importante para consolidar a prática transversal, ocorreu em maio deste ano com a assinatura do Protocolo de Fluxos para Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Fruto do trabalho executado ao longo dos últimos meses pelo Comitê da Rede Lilás, instituído em novembro de 2013, o protocolo de fluxos pactuou o compromisso dos poderes constituídos e da sociedade civil em promover as políticas públicas para o enfrentamento a toda e qualquer forma de violência e discriminação contra as mulheres.

O Protocolo de Fluxos se configura em um importante instrumento identificador das políticas públicas, onde será possível ainda alinhar as ações e os serviços disponibilizados no estado para assegurar, de forma especial, o acesso

das mulheres à segurança, à saúde, à educação, à assistência social, ao mundo do trabalho e à justiça.

Na oportunidade da assinatura do protocolo, a secretária da Assessoria Superior, Mari Perusso, destacou a transversalidade característica da SPM-RS, agora estendida à Rede Lilás:

“Todas as secretarias envolvidas com esse trabalho têm o entendimento de que é necessário o direcionamento das suas políticas também direcionadas às mulheres. Este é, portanto, um momento simbólico, pois estamos assumindo, desde a política de segurança pública, até a de saúde, por exemplo, uma rede que possa dar acolhimento e buscar a autonomia das mulheres. É a realização de um comprometimento assumido pelo governador Tarso Genro com toda a sociedade”.

Neste contexto, a SPM- RS firma-se como protagonista na condução dos trabalhos de transversalidade, que passam a se realizar de maneira exitosa propagando o trabalho transversal em Rede como mecanismo público de fortalecimento das políticas públicas de gênero e da gestão estadual.

2.5. Algumas Ações Desenvolvidas pela SPM - 2011/2014

No período de estudo compreendido, várias ações foram realizadas pela SPM. Destacamos algumas desenvolvidas de maneira transversal com outras secretarias de governo, com outros poderes e com a sociedade civil:

Assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres-

O RS foi o último Estado a aderir ao Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres - acordo de cooperação federativo que prevê a implementação de políticas públicas amplas e articuladas entre União, estados e municípios brasileiros, que está vigorando desde 2007. Os eixos estruturantes do programa são o fortalecimento dos serviços especializados da Rede de Atendimento, a implementação da Lei Maria da Penha, a proteção dos direitos

sexuais e reprodutivos e a implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids, o combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, e a promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Realização da 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres “Enid Backes”

As 89 conferências realizadas em solo gaúcho (66 Municipais e 23 Regionais) representou a mobilização de 288 cidades que enviaram representantes para participar da Conferência Estadual, atingindo cerca de 60% do Estado do RS.

Retomada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

Em 2012, o governador Tarso Genro sancionou a Lei que regulamenta o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do RS, vinculado à SPM. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do RS é um órgão público de caráter autônomo, deliberativo, normativo e fiscalizador, que prioriza a validação dos direitos da mulher, garantindo seu pleno exercício da cidadania na sociedade civil.

Parceria com a Federação das Associações dos Municípios do RS – FAMURS

A SPM-RS e a FAMURS – celebraram entre si um Protocolo de Intenções de cooperação e parceria, visando estabelecer políticas que garantam a autonomia das mulheres nas áreas do trabalho, educação, saúde, assistência, enfrentamento à violência e fortalecimento institucional dos organismos de políticas para as mulheres, nos municípios em conformidade com o eixo estratégico do governo de combate à pobreza, com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e com a implementação do Programa RS Lilás. Por ocasião do Seminário dos Novos Gestores 2013-2017 foi lançada uma cartilha

com orientações para formação de Secretarias de Políticas para as Mulheres nos municípios.

Campanha pró-criação de Organismos de Mulheres Municipais

Também foi deflagrada, por parte da SPM-RS em 2012, campanha junto aos prefeitos e vice-prefeitos, logo após as eleições, estimulando a organização de mecanismos de políticas públicas para mulheres na esfera municipal, especialmente secretarias municipais de política para mulheres.

Carta às Gestoras

No final do primeiro semestre de 2012 a SPM-RS remeteu aos Organismos de Políticas para Mulheres do RS um documento denominado Carta às Gestoras. Nesta carta encontra-se a divulgação de várias ações já desenvolvidas pela SPM, ao longo dos quase dois anos de administração.

Reativação do Serviço Escuta Lilás

O Telefone Lilás, 0800 541 0803, mantido pelo Centro Estadual de Referência da Mulher "Vânia Araújo Machado" (CRMVAM), é a principal ferramenta articuladora das ações da Rede Lilás. Caracteriza-se como uma central de apoio gratuita, que traz entre suas competências o monitoramento e a proteção das mulheres que buscam ajuda. De janeiro a dezembro de 2013, o Telefone Lilás realizou 3.138 atendimentos, apresentando um crescimento de 357% em relação a todo o ano de 2012.

Nova sede para o Centro de Referência Estadual-CRM

Em 2013 foi entregue para a população gaúcha uma nova sede para o Centro de Referência Estadual da Mulher Vânia Araújo Machado - CRMVAM. O novo centro de referência traz como expectativa para a SPM-RS o aumento

considerável de atendimentos presenciais às vítimas de violência, antes disponibilizado em sua maioria pela central telefônica. O CRMVAM conta com uma equipe de psicólogas, assistentes sociais e advogadas para fazer desde o primeiro atendimento às mulheres vítimas de violência até seu encaminhamento para abrigamento, quando necessário, e reinserção no mundo do trabalho. O prédio onde está instalado o Centro de Referência, cedido pelo Instituto de Previdência do Estado – IPE, foi amplamente reformado, com investimento total da obra no valor de R\$ 178.489,46, com recurso da dotação própria da SPM-RS. O Centro de Referência foi reaparelhado através da execução do Convênio Federal nº. 763640/2011 firmado entre a SPM-RS e a SPM-PR, com investimentos de R\$110.930,25 (cento e dez mil, novecentos e trinta reais e vinte e cinco centavos) em equipamentos de informática, eletroeletrônicos, aparelho GPS, ar condicionado, mobiliário e veículo.

Tornozeleiras Maria da Penha

Através da articulação da Rede Lilás com a SSP, o Governo do Estado acolheu o Projeto de Lei 278/2013 que dispõe sobre o monitoramento de agressores de mulheres, através de tornozeleiras eletrônicas. Chamados de "Tornozeleiras Maria da Penha", os mecanismos buscam oferecer segurança às mulheres vítimas de violência, auxiliando na fiscalização das medidas protetivas de urgência.

Investimentos na SSP- Secretaria de Segurança Pública

Em articulação realizada por intermédio da Rede Lilás, a SSP vem recebendo investimentos significativos para o fortalecimento das políticas de gênero e que no último ano apresentaram resultados positivos, com o decréscimo de ocorrências relacionadas a todos os tipos de violência contra a mulher. Em 2013, foram R\$ 4,3 milhões conquistados junto à SPM-PR para investimentos em projetos como a Sala Lilás, Patrulha Maria da Penha e Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Recentemente, foi autorizado o repasse de R\$

117.614,75 (cento e dezessete mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos), tendo como objeto "aprimorar, ampliar e qualificar o atendimento das mulheres vítimas de violência, através do reaparelhamento e implantação da Sala Lilás, em Porto Alegre e municípios do Estado do Rio Grande do Sul". Ainda, a destinação de mais quatro viaturas para a Patrulha Maria da Penha, a partir de recursos da SPM Gaúcha.

Patrulha Maria da Penha

O projeto da Patrulha Maria da Penha tem como objetivo acompanhar os casos de violência contra mulheres e fiscalizar o cumprimento das medidas protetivas. A Patrulha terá uma viatura com identificação própria para que seja facilmente reconhecida. As equipes serão formadas por Policiais Militares que trabalharão em conjunto com a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, da Polícia Civil, e com o Instituto Geral de Perícias - IGP.

Fortalecimento de Organizações Produtivas de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Projeto desenvolvido mediante convênio entre SPM-RS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA. A proposta é incentivar a geração de renda para as mulheres em um sistema alternativo que as emancipe com dignidade e com igualdade.

Rede Lilás / Protocolo de Fluxos da Rede Lilás

A partir da institucionalização da Rede Lilás a SPM-RS busca articular a Rede Especializada de Atendimento à Violência contra as Mulheres pela elaboração conjunta de protocolos de serviços que visem à qualificação e à celeridade do atendimento às mulheres e meninas no Estado. A rede de atendimento à mulher em situação de violência está dividida em quatro principais áreas (saúde, assistência social, segurança pública e justiça) e é composta por

duas principais categorias de serviço: Rede de Enfrentamento e Rede de Atendimento. Sob esta perspectiva, a SPM, em parceria com as demais Secretarias de Estado e com órgãos como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário, o Barrisul, a Assembleia Legislativa e o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, estabelece o protocolo do fluxo de atendimento para a construção de um conjunto de ações que defina competências entre as secretarias e demais parceiros.

Aquisição e cedência de veículos

Dentre as ações executadas pela Rede Lilás em 2013, destaca-se a cedência de 20 automóveis para o fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres em municípios que abrangem todas as regiões do estado (Canoas, Sapiranga, Gravataí, Porto Alegre, Viamão, Parobé, Lajeado, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Vacaria, Imbé, Torres, Bagé, Santana do Livramento, Panambi, Três de Maio, Cruz Alta, Sagrada Família, Balneário Pinhal e Jaguarão). Este repasse faz parte do convênio firmado com a SPM-PR.

Casa da Mulher Brasileira

Está prevista para 2014 a instalação da Casa da Mulher Brasileira, na zona norte de Porto Alegre. Construída em parceria com a SPM-PR, pelo programa Mulher, Viver sem Violência, a Casa representa um investimento de R\$ 4,3 milhões e vai se constituir como um espaço de atendimento integral às mulheres. No mesmo espaço, as mulheres serão acolhidas por assistentes sociais, psicólogas, educadoras, pela delegacia da mulher, a Defensoria Pública, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público. Também poderão ser encaminhadas para serviços de saúde, de perícia, de abrigagem, entre outros serviços especializados.

Centros Binacionais de Referência da Mulher

As fronteiras gaúchas com Uruguai e Argentina passarão a contar um reforço no atendimento e acolhimento às mulheres. Serão dois Centros Binacionais de Referência da Mulher, construídos em Jaguarão e Santana do Livramento, para possibilitar o combate ao tráfico de mulheres nas regiões fronteiriças, com valor previsto de R\$ 1 milhão para ambas.

Reaparelhamento dos Espaços Municipais de Políticas para Mulheres

A Rede Lilás pretende repassar, para 50 municípios, kits de mobiliário e informática, no valor de R\$ 22 mil cada, com o objetivo de promover o reaparelhamento dos espaços municipais de políticas para as mulheres, totalizando R\$ 660.000,00 (seiscentos e sessenta mil reais) em investimento.

Programa SIM

No início de maio de 2013 houve o lançamento do Programa SIM (Serviço de Informação à Mulher). O programa será desenvolvido no centro da capital do RS e é uma iniciativa realizada há vários anos pelas promotoras Legais Populares. Agora, instalado o Programa nas dependências do serviço Tudo Fácil, as Promotoras Legais Populares realizarão um plantão de atendimento para acolher, atender, ouvir e orientar mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, sobre os direitos de acesso à Justiça, à Segurança, à Saúde, à Educação e etc. A Coordenação do Serviço será feita por Servidora da SPM-RS, sendo o Programa uma parceria com a SEPLAG.

Centro de Referência às Mulheres de Torres

Uma conquista da Participação Popular e Cidadã (PPC), o Centro de Referência para Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência, em Torres, está com 30% das obras concluídas. Iniciada em março, a obra já recebeu R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) em investimentos do Estado, com contrapartida de R\$ 175,2 mil (cento e setenta e cinco mil e duzentos reais) do município. A

unidade deve ser entregue até setembro de 2014 e receberá o nome de Priscila Selau, em homenagem à jovem vítima de violência doméstica.

Programa Cimento e Batom, no Litoral do RS

A iniciativa é realizada em parceria entre a SPM, a Casa Civil e a Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico. O programa reuniu 450 mulheres que realizam inicialmente um curso de hidráulica. O programa Cimento e Batom qualifica mulheres na área da construção civil e é voltado para aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social e que são beneficiárias do Bolsa Família.

Projeto Gênero e Raça/Etnia na Mídia

O projeto objetiva promover a autonomia e enfrentando a violência contra a mulher, por uma comunicação pública e plural através da qualificação de 750 jornalistas, estudantes de comunicação e comunicadoras/es. O projeto ainda prevê produções como *hotsite*, guia, livro e campanha sobre a temática. O objetivo é ampliar a visibilidade dos direitos das mulheres na mídia, com ênfase na igualdade.

Formação de agentes públicos em gênero

Curso de Formação de Agentes Públicos da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, dos Centros de Referência para Mulheres (CRM's), das Casas Abrigos e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). É promovido pela secretaria através de convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), e visa oferecer atividades formativas com foco na capacitação em Gênero e a Lei Maria da Penha. São 77 profissionais que trabalham em espaços de articulação e fortalecimento da Rede Lilás - portas de entrada para as mulheres em situação de violência na rede estadual de enfrentamento à violência -, que após 48 horas de

aulas, divididas em três módulos, aprofundaram seus conhecimentos em temas como as questões de gênero, raça e etnia, Lei Maria da Penha, políticas públicas, violência doméstica e sexual. A formação, realizada por meio de convênio com a SPM-PR, amplia a capacidade de atendimento às mulheres gaúchas, auxiliando-as a romperem o ciclo de violência e contribuindo para que se tornem mulheres empoderadas e independentes.

Crédito Lilás

O programa desenvolvido pela SPM em parceria com o Banco do Estado do RS, BANRISUL, tem como objetivo estimular a independência financeira e intelectual das mulheres. Os recursos iniciais podem ser utilizados para os mais diversos fins, como aquisição de matéria-prima ou capital de giro, incentivando empreendimentos de mulheres.

Ônibus Lilás

O Rio Grande do Sul foi um dos Estados brasileiros a receber unidades móveis de atendimento às mulheres do campo, parte do programa Mulher, Viver sem Violência. O investimento é de mais de R\$ 1 milhão, através da SPM-PR, em parceria com o governo gaúcho, por intermédio da SPM-RS. Estas unidades móveis (ônibus especialmente desenvolvidos para o trânsito fora de estrada, adaptados para o atendimento às mulheres do campo e da floresta) estão sendo utilizadas para atendimento multidisciplinar, composto por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, atendimento jurídico e segurança pública, o que permite a interação efetiva dos diversos serviços, a orientação adequada e humanizada e, principalmente, o acesso das mulheres que vivem no campo e na floresta aos serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

4. CONCLUSÃO

Finalizo o presente trabalho às vésperas da realização do maior espetáculo do futebol, a Copa do Mundo, que ocorrerá a partir de junho de 2014 no Brasil. É neste cenário, onde os holofotes estão direcionados para nosso país, que nos deparamos com casos de discriminação contra a mulher que repercutem de forma negativa tanto no cenário internacional, quanto no nacional.

Em fevereiro de 2014, a empresa ADIDAS (patrocinadora oficial da Copa 2014) confeccionou camisetas do mundial que trazem mensagens de duplo sentido. Uma delas apresentava a frase “lookito score”, que pode ser traduzida por algo como “em busca de gols”, mas também é uma expressão que significa “pegar garotas”. Outro modelo trás um coração amarelo que pode ser enxergado no formato de nádegas de uma mulher, com um fio dental verde. Também passa uma mensagem de duplo sentido: “Eu amo o Brasil”.

Outro caso, ocorrido em maio de 2014, em um jogo do campeonato brasileiro de futebol, envolveu a assistente de arbitragem Fernanda Colombo Uliana e um dirigente de clube de futebol brasileiro. Um equívoco da assistente, ao marcar um impedimento, gerou descontentamento generalizado da torcida do time em questão, fato corriqueiro em jogos de futebol. No entanto, a forma como o diretor de futebol proferiu suas críticas à assistente foi tremendamente machista e desrespeitosa quanto à sua condição, chegando a sugerir que ela posasse nua para uma revista masculina, em vez de trabalhar no esporte.

Os fatos recentes acima narrados, que tratam a mulher como mercadoria e como incapaz para o cumprimento de determinadas tarefas tidas como masculinas, engrossam a fileira de casos de discriminação, machismo, violência, desrespeito e outras tantas opressões qualificadoras de uma indigesta e flagrante assimetria de gênero.

Sabemos que foi através de árduas lutas que mulheres feministas obtiveram um conjunto significativo de avanços e conquistas de direitos. No campo das políticas públicas não é diferente. Muito embora esta batalha seja recente na arena política e junto ao poder público, as conquistas e os avanços são cotidianos e obtidos driblando (e muitas vezes, afrontando) as resistências de uma sociedade que ainda se movimenta sob forte influência patriarcal.

As experiências administrativas que se notabilizam nos últimos dez anos no Brasil mostram que as mulheres avançaram e têm muito a comemorar, em que pese o desejado reflexo das políticas públicas voltadas às questões da mulher e de gênero não se apresentam ainda de forma majoritária nos organismos de políticas públicas municipais e estaduais. Mesmo a SPM-RS tendo engendrado esforços no convencimento de gestores municipais no ano de 2012, por ocasião das eleições municipais, dos 497 municípios, menos da metade, ou seja, 110 possuem na sua estrutura de governo organismos de políticas para as mulheres (secretarias ou coordenadorias ou departamentos), segundo dados de 2013.

De antemão, vale registrar que o estudo de caso que ora apresento, ao investigar as contribuições dadas pela SPM para as políticas públicas de gênero no estado no período 2011/2014, políticas estas precursoras enquanto Secretaria de Estado, demonstra uma “performance” positiva. As ações, os projetos e o diálogo permanente com os segmentos públicos e privados se configuram em um verdadeiro círculo virtuoso com contornos transversais digno de justificar a sua criação e manutenção na estrutura administrativa do Estado.

As várias ações desenvolvidas pelas SPM-RS e já nominadas neste trabalho demonstram também que as ações transversais perseguidas não se configuraram em mera retórica, pois se apresentam através de realizações concretas na vida das mulheres gaúchas. Destaco ao menos um projeto de cada eixo estruturante da SPM-RS, dentro de um universo bem maior, que retratam esta exitosa concretude transversal:

- a) **Eixo Enfrentamento à violência** - a criação da Patrulha Maria da Penha, parceria entre SPM e SSP, que age na proteção da mulher vítima de violência;

- b) **Geração de Trabalho e Renda e Autonomia Financeira** - O Projeto Cimento e Batom, parceria entre a SPM, Casa Civil e Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento tecnológico, que se propõe na qualificação de mulheres em situação de vulnerabilidade social;

- c) **Empoderamento, cidadania e participação política** - O Projeto Fortalecimento de Organizações Produtivas de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que se propõe mediante convênio entre SPM-RS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA incentivar a geração de renda para as mulheres em um sistema alternativo que as emancipe com dignidade e com igualdade.

No RS, é certo afirmar que a SPM cunhou sua marca na implementação das políticas públicas de gênero, rechaçando qualquer conceito negativo de política pública de adorno ou perfumaria. Não é em vão que o trabalho realizado pela Secretaria vem se destacando. Prova disto é que em 2013 o RS foi o único Estado brasileiro a ser premiado com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, prêmio este concedido pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, em parceria com a Organização das Nações Unidas - ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho Brasil, que objetiva incentivar o desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional, baseadas na equidade de gênero e raça/etnia.

Os trabalhos desenvolvidos pela SPM, ao longo do período do governo Tarso Genro, demonstram uma capacidade de diálogo, de gestão transversal e de trabalho articulado, que bebem na fonte do acúmulo das reivindicações das mulheres gaúchas e brasileiras, pois

“Resgatar a mulher como sujeito das políticas, implica em construir canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de política para as

mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis, federal, estadual e municipal em interlocutores válidos para construir as pautas políticas e articuladores gerais das políticas públicas prioritárias”. SILVEIRA (2004)

As mulheres são, afinal, a maioria da população do estado: os dados do Censo Demográfico de 2010 apontam, para o RS, um total de 10.693.929 habitantes, sendo 5.205.057 homens e 5.488.872 mulheres. Sob a ótica desta maioria quantitativa, mas que é tratada como minoria em sentido qualitativo, podemos afirmar que, enquanto a luta das mulheres e do movimento feminista deve configurar-se de maneira ativa, combativa e reivindicatória, os governos devem “lançar mão” de políticas públicas de gênero dotadas dos correspondentes recursos financeiros e orçamentários capazes de promover ações que dialoguem com a desejada melhoria da vida cotidiana das mulheres.

O momento político, tanto no Brasil como no mundo, exige que as políticas para as mulheres não sejam consideradas como meros programas e projetos. Devem ir para além, se consolidando, muito mais do que instrumentos do governo, como políticas de Estado, com a envergadura orçamentária, organizativa e cultural necessária para enfrentamento das desigualdades históricas vividas pelas mulheres, com a consequente proteção integral de seus direitos.

Ao final, após estudo realizado, verifica-se que as estratégias utilizadas pela secretaria trafegam no sentido de garantir uma governabilidade com efetivação de políticas públicas de igualdade de gênero, em parâmetros já experienciados pela SPM-PR, mas em outra dimensão. É a SPM-RS abrindo caminhos administrativos, que por sua vez, agora sob um olhar transversal, abre espaço às demandas das mulheres na gestão pública, conquistando um espaço de empoderamento e de protagonismo, cujo sentimento feminino é muito bem retratado pela Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de posse:

“Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que no dia de hoje, todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher”.

5. REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Política para as Mulheres – Avançar na Transversalidade da Perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas**. Convênio CEPAL – SPM, Brasília. Janeiro 2005.

BRANDT, Maria Elisa Almeida. **A Participação E O Controle Social Nas Políticas Para As Mulheres: Desafios Postos Para A Gestão Pública**. Painel apresentado no VI Congresso CONSAD de Gestão Pública em Brasília/DF. 2013.

BRASIL. **DISCURSO DE POSSE DILMA ROUSSEFF**. www.brasil.gov.br/governo/2011/01/leia-integra-do-discurso-de-posse-de-dilma-rousseff-no-congresso

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa: TOLERÂNCIA SOCIAL À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. 2014.

BRASIL. Senado Federal. **CPMI – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO. RELATÓRIO FINAL**. Presidenta: Dep. Federal Jô Moraes. Relatora: Senadora Ana Rita. Brasília – DF. 2013.

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres/Presidência da República. **RELATÓRIO ANUAL SOCIOECONÔMICO DA MULHER**. <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/raseam-interativo>

BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres/Presidência da República. **Guia de textos para discussão. Protagonismo dos OPM na execução das políticas para as mulheres**. Brasília – DF. 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ª edição, São Paulo: Outras Expressões. 2012.

DULCI, Luiz Soares. Participação e Mudança Social no Governo Lula. In: **O Brasil entre o passado e o futuro**. 2010. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

FARAH, M. F. S. **Gênero e políticas públicas**. Revista de Estudos Feministas. V.12. N°1. Florianópolis. 2004.

GODINHO, Tatau. **Ruptura ou reforço da dominação: gênero em perspectiva**. Caderno n° 8 da Coord. Espec. da mulher: Políticas públicas e igualdade de gênero. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher. 2004.

JORNAL GAZETA. www.gaz.com.br/_conteudo/2014/01/noticias_geral/11449-politicas-publica-para-as-mulheres-tem-recorde-de-investimentos-no-estado.html

MARTINS, Clítia Helena Backx. **Estudos das condições das mulheres e das desigualdades de gênero existentes no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. 2014.

MERLINO, Tatiana. **O longo caminho rumo à igualdade de gênero**. Revista Caros Amigos especial. Ano XV. Número 55. São Paulo: Casa Amarela. Março de 2012.

PEREIRA, Rosângela Saldanha *et al.* **Transversalidade de Gênero e políticas sociais no orçamento do estado do Mato Grosso**. 2010.

PULEO, Alicia H. **Filosofia e Gênero: da memória do passado ao projeto de futuro**. Caderno n° 8 da Coord. Espec. da mulher: Políticas públicas e igualdade de gênero. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher. 2004.

RAGO, Margareth. **Ser Mulher no Século XXI OU Carta de Alforria – A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009.

Revista Em Evidência. **Especial Mulheres em Rede**. P. 46. Ano IV. Nº 37. 2014.

RIBEIRO, Matilde. **Relações Raciais nas Pesquisas e processos sociais - A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado**. 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Discurso de posse da secretária Márcia Santana em janeiro de 2011**. (<http://secretariademulheres.blogspot.com.br/p/spm-estadual.ht>).

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.601 de 1º de janeiro de 2011**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Governo do estado do RS. (www.spm.rs.gov.br/conteudo/4087/secretaria-de-politicas-para-as-mulheres-spm-rs).

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Governo do estado do RS. (www.seplag.rs.gov.br).

RODRIGUES, Almira. **Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero**. 1ª Conferência Distrital de Políticas para as Mulheres. Brasília-DF. 2004.

SADER, Emir. **10 ANOS DE GOVERNOS PÓS-NEOLIBERAIS NO BRASIL – LULA E DILMA** – São Paulo: Boitempo editorial. 2013.

SALATI, Paula. **Violência - É Hora de Romper o Silêncio**. Revista Caros Amigos Especial Mulher. Ano XV. Número 55. São Paulo: Casa Amarela. Março de 2012.

SAMBO, Paula. **Uma luta de todas as mulheres**. Revista Caros Amigos Especial Mulher. Ano XV. Número 55. São Paulo: Casa Amarela. Março de 2012.

SILVEIRA, Maria Lúcia. **Políticas Públicas de Gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade**. Caderno nº 8

da Coord. Espec. da mulher: Políticas públicas e igualdade de gênero. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher. 2004

SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes.** Caderno n° 8 da Coord. Espec. da mulher: Políticas públicas e igualdade de gênero. Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenadoria Especial da Mulher. 2004.